
Efetividades Do Programa Bolsa Família Em Perspectivas Locais: Um Olhar Sobre A Segurança Alimentar Dos Beneficiários No Município De Matão-Sp

‡ Lígia Maria de Aquino

Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar)
ligia.aquino@estudante.ufscar.br

‡ Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
luizmanoel@ufscar.br
<https://orcid.org/0000-0003-3066-9170>

‡ Leandro de Lima Santos

Universidade Federal de São Carlos (UFG)
leandro.santos@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0001-8413-5372>

‡ Alecio Rodrigues de Oliveira

Instituto Federal de São Paulo (IFSP) –
Campus Matão
alecio@ifsp.edu.br

Recebido em:
26 de junho de 2024.

Aceito em:
13 de janeiro de 2025.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discorrer sobre as principais efetividades institucionais e organizacionais do Programa Bolsa Família no município de Matão/SP, tendo como enfoque analítico elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla. Foram realizadas entrevistas com 100 famílias beneficiárias com aplicação de formulários semiestruturados. Foi utilizado uma combinação de análise quantitativa e qualitativa de dados provenientes das pesquisas de campo realizadas. As técnicas quantitativas basearam-se em metodologias validadas, como a Rede Alimenta da UNICAMP, que inclui o método da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), utilizando um formulário aplicado aos beneficiários do programa antes das técnicas qualitativas. Os resultados indicam que, apesar de a maior parte dos recursos ser destinado à alimentação, a insegurança alimentar prevalece, evidenciando a importância do programa em melhorar as condições de vida das famílias, integrado com outras políticas públicas relacionadas à educação, saúde, segurança alimentar, capacitação, geração de trabalho e renda.

Palavras-chave: Políticas públicas; Programa Bolsa Família; Segurança Alimentar e Nutricional.

Effectiveness Of The Bolsa Família Program In Local Perspectives: A Look At The Food Security Of Beneficiaries In The Municipality Of Matão-SP

ABSTRACT

This article aims to discuss the main institutional and organizational effectiveness of the Bolsa Família Program in the municipality of Matão/SP, with a broad focus on food security elements. Interviews were conducted with 100 beneficiary families using semi-structured questionnaires. A combination of quantitative and qualitative data analysis from the field research was used. The quantitative techniques were based on validated methodologies, such as the Food Network of UNICAMP, which includes the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) method, using a questionnaire applied to program beneficiaries before the qualitative techniques. The results indicate that, despite most resources being allocated to food, food insecurity prevails, highlighting the importance of the program in improving the living conditions of families, integrated with other public policies related to education, health, food security, training, and job and income generation.

ISSN: 2176-9257 (online)

Keywords: Public policies; Bolsa Familia Program; Food and Nutrition Security.

Efectividades Del Programa Bolsa Familia En Perspectivas Locales: Una Mirada Sobre La Seguridad Alimentaria De Los Beneficiarios En El Municipio De Matão-SP

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo abordar las principales efectividades institucionales y organizacionales del Programa Bolsa Familia en el municipio de Matão/SP, con un enfoque analítico en elementos de seguridad alimentaria tratados de manera amplia. Se realizaron entrevistas a 100 familias beneficiarias mediante la aplicación de formularios semiestructurados. Se utilizó una combinación de análisis cuantitativo y cualitativo de los datos obtenidos en las investigaciones de campo realizadas. Las técnicas cuantitativas se basaron en metodologías validadas, como la Red Alimenta de UNICAMP, que incluye el método de la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria (EBIA), utilizando un formulario aplicado a los beneficiarios del programa antes de las técnicas cualitativas. Los resultados indican que, a pesar de que la mayor parte de los recursos se destina a la alimentación, la inseguridad alimentaria prevalece, evidenciando la importancia del programa en la mejora de las condiciones de vida de las familias, en conjunto con otras políticas públicas relacionadas con la educación, la salud, la seguridad alimentaria, la capacitación y la generación de trabajo e ingresos.

Palabras clave: Políticas públicas; Programa Bolsa Familia; Seguridad Alimentaria y Nutricional.

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios do governo é combinar o crescimento econômico com a erradicação da pobreza para reduzir a desigualdade social. Segundo Mesquita (2007), o combate à pobreza, fome e desigualdade social é uma preocupação global, especialmente em países como o Brasil, onde o desenvolvimento econômico por si só não atinge as camadas mais pobres. Portanto, são necessárias medidas diretas de combate à pobreza.

As políticas públicas de assistência social são fundamentais para erradicar a fome e a pobreza, melhorar a saúde e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e incluir pessoas em situação de vulnerabilidade. Essas políticas, tanto emergenciais quanto estruturais, enfrentam desafios constantes (TRALDI, 2011).

A população geralmente considera o combate à fome como prioridade sobre a SAN, dificultando a assimilação do conceito de SAN, que é mais associado a organizações não governamentais. No entanto, segurança alimentar e fome fazem parte de um mesmo sistema, sendo complementares (TAKAGI & BELIK, 2007).

Desde a década de 1990, aumentou a preocupação no Brasil com políticas de proteção social, combate à pobreza, promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, com o debate aprofundando-se sobre os programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR). Apesar dos progressos, persistem desafios em termos de eficiência, eficácia, efetividade e continuidade dessas políticas, levantando a questão de sua permanência e impacto real (Almeida, 2008).

O Governo Federal investiu em políticas compensatórias, como os TCR, para complementar outras formas de intervenção, como distribuição de alimentos e outros programas de alimentação (BURLANDY, 2007).

Nessa perspectiva, há uma necessidade de estudos e projetos para melhorar a articulação entre programas e instituições públicas, visando promover o desenvolvimento local, garantir a inclusão social e aumentar a capacidade de ação dos agentes envolvidos nessas políticas.

Até 2021, o principal programa de TCR era o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, e que beneficiava milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todos os municípios brasileiros, com a intenção de combater a miséria e a exclusão social, além de promover a autonomia das famílias mais pobres do nosso país. Porém, em novembro de 2021, no Governo Federal de Jair Bolsonaro, foi definida a regulamentação de um novo programa social, o Auxílio Brasil, substituindo o Programa Bolsa Família. Contudo, com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva ao Governo em 2023, o Programa Bolsa Família - considerado o maior programa de transferência de renda do Brasil e reconhecido internacionalmente por ter tirado milhões de famílias da fome - foi retomado em março do mesmo ano.

O Programa Bolsa Família é amplamente conhecido tanto no Brasil quanto no exterior, gerando repercussões de todos os tipos. Seus resultados são frequentemente questionados em diversos setores, principalmente quando se trata da segurança alimentar dos beneficiários. Assim, é importante verificar se o Bolsa Família proporciona efeitos positivos significativos no padrão de segurança alimentar de seus beneficiários, especialmente no que diz respeito à renda, alimentação, educação e proteção social; se traz resultados relevantes com relação à exclusão de famílias da condição de pobreza e extrema pobreza; e se ele tem sido efetivo na redução das desigualdades sociais, contribuindo para o aumento do bem-estar das famílias mais vulneráveis.

Diante disso, o trabalho buscou discorrer sobre as efetividades institucionais e organizacionais do Programa Bolsa Família no município de Matão/SP, tendo como foco elementos de Segurança Alimentar e Nutricional¹ tratada de maneira ampla. Além disso, os objetivos específicos são: caracterizar a situação socioeconômica e o nível de (in)segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa Família; correlacionar cada nível de (in)segurança alimentar com variáveis sociodemográficas e socioeconômicas: saúde, trabalho, educação, acesso à alimentação, apoio e proteção social, entre outras; e analisar os impactos do programa em relação às suas principais vertentes: renda, educação, saúde, assistência social, oferta de trabalho, trabalho infantil, condicionalidades, e outros.

Na sequência, são apresentadas breves revisões teóricas sobre políticas públicas, programas de transferência condicionada de renda e segurança alimentar. Em seguida, detalham-se o universo empírico e instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa. Em seguida, há uma análise e discussão dos resultados da pesquisa e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Políticas Públicas

No Brasil, a história do pensamento político se confunde com a reflexão sobre o Estado, e os estudos tradicionais não focavam na gestão dos governos. O desenvolvimento da área de políticas públicas no Brasil é recente, surgindo na década de 1980, e a sistematização do conhecimento nessa área ainda enfrenta desafios (CAPELLA, 2009). Segundo Souza (2006), definir política pública é complexo e há várias definições: Mead (1995) a vê como um estudo da política que

¹ Os elementos de segurança alimentar amplo abrangem vários aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, como o nível de segurança alimentar, a saúde, a escolaridade, as redes de cooperação, o trabalho, a renda, a pluriatividade, as redes de proteção social, o autoconsumo, as condições da moradia, as práticas ambientais mais sustentáveis, os bens duráveis, o acesso ao crédito, entre outros (Almeida, 2008).

analisa o governo em grandes questões públicas; Lynn (1980) como ações governamentais com efeitos específicos; Peters (1986) como a soma das atividades governamentais que agem diretamente ou através de delegação, influenciando a vida dos cidadãos; Dye (1984) como o que o governo escolhe fazer ou não fazer; e Laswell define como decisões que respondem a quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Souza (2006) explorou diferentes conceitos e modelos de políticas públicas, destacando fatores que aumentaram a visibilidade do campo, como políticas restritivas de gasto, novas visões sobre o papel do governo, substituição de políticas keynesianas e a falta de coalizões políticas para desenhar políticas públicas eficazes na América Latina. Os "pais" fundadores das políticas públicas incluem H. Laswell, que cunhou a expressão *policy analysis* (análise de política pública) em 1936; H. Simon, que introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos em 1957; C. Lindblom, que em 1959 propôs incluir variáveis como relações de poder na análise das políticas públicas; e D. Easton, que em 1965 definiu política pública como a relação entre formulação, resultados e ambiente.

Souza (2006) resume políticas públicas como o campo que coloca o governo em ação ao mesmo tempo em que analisa essa ação, propondo mudanças no rumo dessas ações, quando necessário, transformando propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações com resultados concretos.

TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA (TCR)

A partir do governo de Getúlio Vargas, o Brasil começou a construir um Estado de bem-estar social, com políticas de redistribuição de renda e riqueza para promover justiça social (Lavinias *et al.*, 2000). A Constituição de 1988 consolidou a assistência social como política pública, integrando-a à Previdência Social e à saúde, visando reduzir a pobreza e a exclusão social (WEISSHEIMER, 2006).

Desde a década de 1930, foram criados programas voltados aos trabalhadores e aos setores mais pobres para enfrentar a crescente desigualdade social. Santana (2007) afirma que a pobreza, resultado das desigualdades econômicas e sociais, foi exacerbada pela urbanização, reestruturação industrial e distribuição desigual de bens, aumentando problemas como violência urbana, insegurança pessoal e desorganização de grupos mais vulneráveis. E para combater a pobreza, é necessário implementar programas de curto, médio e longo prazo, como os Programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR).

Esses programas, como o Bolsa Família, surgiram nos anos 1990 e se espalharam rapidamente, especialmente em países em desenvolvimento. Eles envolvem a transferência de renda para famílias pobres, condicionada a investimentos em saúde e educação, visando melhorar as condições futuras das gerações jovens (FISZBEIN & SCHADY, 2009; NAZARENO & VASCONCELOS, 2015).

Esse tipo de política pública apresenta três componentes principais: transferência direta de dinheiro, foco nos estratos mais pobres da população e as condicionalidades, como cumprimento de atividades predefinidas, relacionados à saúde e educação (Bastagli, 2009). Esses programas devem ser articulados com outras políticas sociais e níveis de governo, sendo multidisciplinares e descentralizados.

Embora haja argumentos de que o crescimento econômico impulsionado por investimentos públicos combateria a pobreza mais eficazmente, as transferências diretas empoderaram os beneficiários, permitindo-lhes decidir como usar o benefício. No entanto, existem preocupações sobre incentivos negativos, como a desmotivação para buscar emprego, e debates sobre a eficácia das transferências em resolver problemas estruturais do capitalismo (BOYADJIAN, 2009; FISZBEIN & SCHADY, 2009).

Os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa de combate à pobreza. Eles foram concebidos com a ideia de que o beneficiário sabe quais são suas necessidades mais urgentes, e com isso tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício (Santana, 2007). Segundo Cotta e Machado (2013), estudos apontam que esses benefícios são frequentemente gastos em alimentos para as crianças, mas isso nem sempre melhora a segurança alimentar ou o bem-estar nutricional devido a fatores como propaganda de alimentos de baixo valor nutricional ou alto teor calórico.

Esses programas são uma alternativa no combate à pobreza, reconhecendo que o beneficiário melhor entende suas necessidades imediatas e, portanto, pode utilizar o benefício de forma mais eficaz.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) surgiu após a Segunda Guerra Mundial, inicialmente focado na limitação da disponibilidade de alimentos devido à crise agrícola europeia. A FAO criou um indicador de medida padronizado baseado na disponibilidade calórica per capita, útil para tendências históricas e comparações entre países, mas não para identificar populações em risco de Insegurança Alimentar (IA) em níveis locais (BELIK, 2003; MIGOTTO *et al.*, 2005).

Com a evolução do conceito, foram introduzidos novos indicadores para avaliar o acesso aos alimentos, como renda familiar, gastos com alimentos, consumo alimentar individual e indicadores antropométricos, especialmente para crianças. Esses indicadores ajudam a entender os determinantes da IA e suas consequências para a saúde (KEPPLE & SEGALL-CORRÊA, 2011; SEGALL-CORRÊA & MARIN-LEON, 2009).

Segundo Belik (2003), o conceito de segurança alimentar evoluiu para abranger não apenas a quantidade de alimentos disponíveis, mas também sua qualidade e regularidade no acesso. No que tange à quantidade, usa-se a ideia de acesso aos alimentos, o que difere da disponibilidade de alimentos. Os alimentos podem estar disponíveis, mas as populações pobres podem não ter acesso a eles, por diversos problemas, como renda, ou outros fatores como conflitos internos, ação de monopólios ou mesmo desvios. Já a qualidade inclui a segurança dos alimentos contra contaminação e a dignidade do consumo em ambientes limpos. E regularidade implica acesso constante à alimentação, pelo menos três vezes ao dia. Além disso, ele destaca que o direito à alimentação adequada deve ser garantido pelo Estado, e não de ações de caridade.

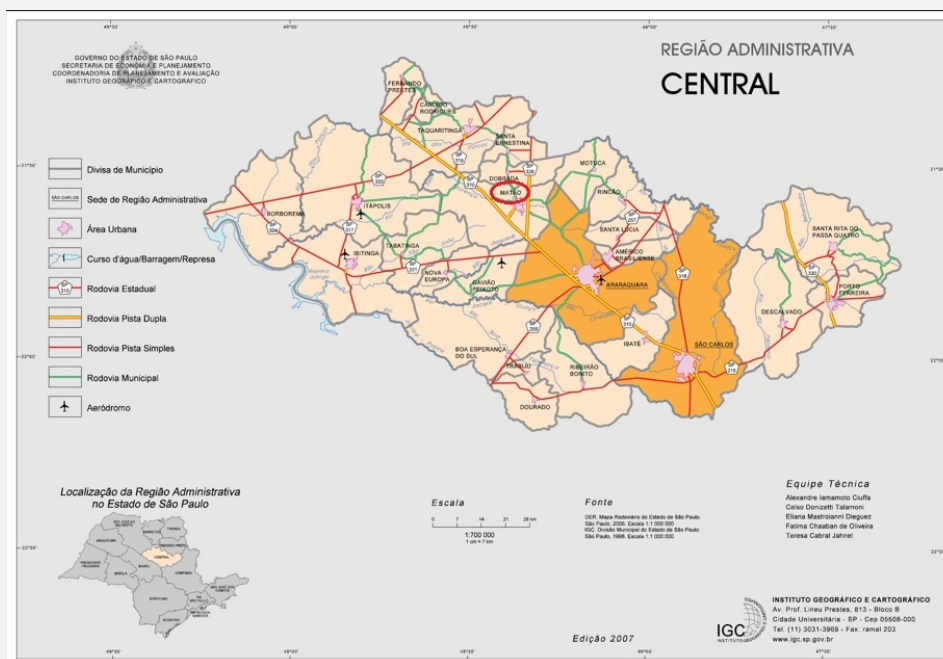
As primeiras políticas públicas de Segurança Alimentar no Brasil surgiram em 1986, com a "Política Nacional de Segurança Alimentar" proposta pelo Ministério da Agricultura, mas tiveram poucos desdobramentos iniciais. A política incluía a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) (Maluf, Menezes & Valente, 1996)

Em 2004, o CONSEA definiu um conceito de SAN, adotado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006. Esta definição garante o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, respeitando a diversidade cultural e sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social. A definição brasileira destaca-se por incluir toda a população, sem excluir as classes menos carentes (Brasil, 2006).

UNIVERSO EMPÍRICO E CAMINHO METODOLÓGICO

O universo empírico da pesquisa é o município de Matão, localizado na Região Administrativa Central do Estado de São Paulo – RA12 (Figura 1). O município tem uma população estimada de 79.033 habitantes, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,77, considerado alto, e um PIB per capita de R\$ 63,7 mil, de acordo com o último censo de 2022 (IBGE, 2024a).

Figura 1: Mapa da Região Administrativa Central de São Paulo (RA12), sendo Matão Circulado em vermelho



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, 2007.

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDS) é responsável pelo Bolsa Família no município, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados em bairros de maior vulnerabilidade social. Este órgão também possui relacionamento com as Secretarias Municipais de Saúde e Educação, com o objetivo de acompanhar as condicionalidades do programa.

A pesquisa aplicada utilizou métodos descritivos de caráter exploratório, empregando abordagens qualitativas e quantitativas. O objetivo exploratório da pesquisa foi baseado em um levantamento bibliográfico de dados secundários relacionados ao objeto de estudo e aos sujeitos

envolvidos, visando ampliar o conhecimento de forma mais detalhada possível. As abordagens qualitativas e quantitativas foram fundamentadas na coleta de dados primários por meio de observações de campo e aplicação de formulários semiestruturados.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para definição do tamanho da amostra, foi considerada a população total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Matão, em junho de 2023, as quais se dividem pelo atendimento nos CRAS, totalizando 3.048 famílias. Portanto, o tamanho da amostra selecionada na pesquisa de campo foi de 100 famílias, ou seja, 3,28% da população, conforme Tabela 1. O método adotado foi o da Amostragem probabilística (também chamada de casual) estratificada proporcional por CRAS, pelo fato de o número de atendimento das famílias ser maior em umas entidades comparado a outras.

Tabela 1: Tamanho da Amostra de famílias beneficiárias do Bolsa Família pelas entidades responsáveis

ENTIDADES	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%
CRAS Bairro Alto	422	14	3,32%
CRAS IV Centenário	539	18	3,34%
CRAS Paraíso	491	16	3,26%
CRAS Portal	572	19	3,32%
CRAS Santa Rosa	477	15	3,14%
CRAS São José	547	18	3,29%
TOTAL	3.048	100	3,28%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, 2023.

Na coleta e análise dos dados, as técnicas quantitativas seguiram a metodologia da Rede Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional - Rede Alimenta² da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Nesta etapa, foram utilizados formulários aplicados às famílias beneficiárias do programa antes das técnicas qualitativas, baseadas nas observações de campo.

Os formulários são compostos por oito módulos que abrangem: informações gerais do domicílio; caracterização da segurança alimentar e da fome entre maiores e menores de 18 anos; características sociodemográficas dos titulares do benefício e membros das famílias; padrão de consumo alimentar dos beneficiários; condições de trabalho e saúde; apoio e proteção social; trabalho e renda da família; e a inserção do programa na família.

² O formulário da Rede Alimenta, que inclui o método da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA), permite o cruzamento com variáveis sociodemográficas, como padrões de consumo, redes de proteção social, renda, trabalho, locais de moradia, entre outras. Essas variáveis fornecerão bases analíticas para o desenvolvimento do estudo e a avaliação do programa em questão (Almeida, 2008).

Esses indicadores sociodemográficos e socioeconômicos foram cruzados com os níveis de insegurança alimentar das famílias, revelando algumas relações que serão detalhadas nos resultados.

Para realização da pesquisa, primeiramente houve a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), seguindo o protocolo de ética em pesquisa com seres humanos.

ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é uma escala psicométrica que avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, através da percepção e experiência com a fome (BRASIL, 2014).

O precursor da escala brasileira foi o Indicador Cornell usado nos Estados Unidos, que usava abordagens qualitativas e quantitativas para estudar a fome. Tomando como base a escala americana, um grupo com cinco instituições de pesquisa no Brasil (UNICAMP, UnB, UFPB, INPA e UFMT) se reuniu, tendo como objetivo produzir uma escala própria para a realidade brasileira, que medisse de forma direta a segurança alimentar e nutricional. A tradução da escala americana passou por um painel de especialistas e foi validada em várias áreas urbanas e rurais. Inicialmente com 15 perguntas, a escala foi simplificada para 14 questões (Quadro 1) após a identificação de itens redundantes, resultando em um instrumento validado e adequado para medir a insegurança alimentar no Brasil (BRASIL, 2014).

Quadro 1: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?

10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: Brasil (2014)

A classificação dos níveis de segurança ou insegurança alimentar das famílias entrevistadas neste estudo foi determinada pela somatória de 1 ponto para cada resposta afirmativa. As pontuações diferem entre domicílios com crianças e aqueles com apenas adultos, pois nestes últimos são utilizadas apenas oito das quatorze perguntas da escala (BRASIL, 2014). Os pontos de corte para os níveis de (in)segurança alimentar estão apresentados na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Classificação dos níveis de (in)segurança alimentar

	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
SA	0	0
IAL	1-5	1-3
IAM	6-9	4-5
IAG	10-14	6-8

Fonte: Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008)

De acordo com as autoras Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008), essa escala permite classificar as famílias em quatro categorias:

- **Segurança Alimentar (SA):** quando não há restrições alimentares de qualquer tipo, nem preocupação com a falta de alimentos no futuro;
- **Insegurança Alimentar Leve (IAL):** quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, colocando em risco a sustentabilidade alimentar e comprometendo a qualidade da dieta;
- **Insegurança Alimentar Moderada (IAM):** quando surgem restrições quantitativas significativas, especialmente entre adultos; e

- **Insegurança Alimentar Grave (IAG):** quando há uma redução substancial da quantidade de alimentos disponíveis tanto para adultos quanto para crianças no domicílio. Nessa última, há uma clara ruptura nos padrões alimentares usuais das famílias, com alta possibilidade de ocorrência de fome.

Conforme demonstrado, a EBIA é um método que mede a situação alimentar domiciliar, com o objetivo de captar diferentes dimensões da Insegurança Alimentar, desde o medo de sofrer a privação alimentar no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta e limitação da qualidade dos alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já alcançado. É aplicado diretamente a uma pessoa da família, responsável pela alimentação do domicílio, por meio de um questionário com 14 questões fechadas (já demonstrado anteriormente), com respostas do tipo sim ou não, sendo uma escala que mede a percepção da pessoa de referência sobre a situação alimentar domiciliar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Perfil dos beneficiários

Conforme observado em outras pesquisas, a maior porcentagem dos titulares do programa são mulheres (89%), visto que há um consenso por parte dos beneficiários e do Governo Federal (Brasil, 2022) sobre a titularidade do cartão ser atribuída ao sexo feminino, de maneira preferencial. Além disso, na maioria dos casos são mães solteiras com crianças, como ocorreu em Matão (52%). Adicionalmente, foi constatado um número considerável (21%) de famílias unipessoais (compostas por apenas um membro), sendo, na maioria desses casos, homens.

Com relação à escolaridade, os dados indicam que a maioria dos titulares é alfabetizada, porém apresentam níveis baixos de escolaridade. Entre os titulares, 47% possuem ensino fundamental, 17% têm o ensino médio incompleto, enquanto 28% completaram o ensino médio e apenas 2% iniciaram o ensino superior, mas não o concluíram. Em relação à maior escolaridade nas famílias, o ensino fundamental é predominante em 39% dos casos, seguido pelo ensino médio completo (31%). Além disso, em 64% das famílias, há pelo menos de 1 a 3 menores de 18 anos matriculados na escola.

Quase a metade das famílias (47%) respondeu que existia pelo menos uma pessoa com algum problema crônico de saúde, como hipertensão, diabetes, entre outros. Isso evidencia que uma parcela significativa ainda necessita de cuidados em relação à saúde, uma das condicionalidades do programa. Já no que diz respeito ao acesso a serviços públicos básicos, como energia elétrica, rede de esgoto, distribuição de água, e coleta de lixo, os dados mostram aspectos favoráveis às famílias. Isso indica que o município de Matão tem avançado nas condições de saneamento.

Quanto à situação de trabalho dos titulares das famílias, apenas 3% têm emprego permanente, ou seja, com registro em carteira. Por outro lado, 23% trabalham sem registro (temporariamente ou por conta própria), 32% estão desempregados e procurando emprego, 41% são donas de casa e 1% é estudante. O elevado percentual de trabalhadores autônomos e desempregados pode ser visto por alguns como um desvio da proposta original do programa, que visa evitar práticas assistencialistas. No entanto, isso pode ser explicado pelo fato de a maioria dos titulares serem mulheres, que frequentemente se dedicam mais à gestão domiciliar, justificando o baixo índice de trabalhadores permanentes.

A renda média per capita das famílias, considerando todas as formas de remuneração (Bolsa Família, pensão, aposentadoria ou trabalho) mostra que 11% possuem uma renda média de até R\$200,00, 47% possuem entre R\$200,00 e R\$400,00, 21% entre R\$400,00 e R\$600,00, 15% entre R\$600,00 e R\$800,00, e apenas 6% têm uma renda superior a R\$800,00.

Com relação ao padrão de consumo alimentar, a maioria dos titulares almoça (89%) e janta (89%) nos 7 dias da semana. Porém, apenas 38% tomam café da manhã nos 7 dias. A porcentagem de pessoas que tomam café da manhã é menor, pois muitos relataram consumir apenas um pouco de café preto. Além disso, muitos não têm o hábito de fazer a refeição matinal (32%) e, em alguns casos, afirmaram que nem sempre têm dinheiro para comprar pão ou bolacha.

Entre as famílias com crianças ou adolescentes menores de 14 anos frequentando escolas ou creches, 41% recebem refeições escolares em média duas vezes ou mais por dia. Em contraste, 16% recebem em média uma vez ao dia, e apenas 1% não recebe nenhuma refeição escolar. Somente 2% das crianças não consomem as refeições na escola devido a preferências alimentares. Além disso, em 40% dos casos, a questão não se aplicava devido à ausência de menores de 14 anos na família ou por terem bebês que ainda não frequentam escola ou creche. Portanto, observamos que a merenda escolar é um complemento essencial para 95% das famílias com crianças menores de 14 anos matriculadas, contribuindo, mesmo de forma indireta, para a redução dos níveis de insegurança alimentar. Além disso, é relevante para o orçamento doméstico, já que diminui os gastos com alimentação das crianças em casa.

A maioria das famílias (74%) recebe ajuda em forma de alimento de entidades sociais, amigos, parentes, programas municipais e estaduais, entre outros; 26% não recebem nenhum tipo de ajuda. Entre os que recebem, 76% recebem cesta básica, 49% recebem leite; e o restante se divide em alimentos como refeições prontas, frutas, vegetais e outros. A maior parte das doações provém do Governo Federal (42%) e da assistência social (38%); o restante se divide entre familiares, amigos, igrejas e outras fontes.

Com relação à ajuda na forma de dinheiro, 63% provêm apenas do PBF; 18% do PBF e do Cartão Alimentação; 18% do PBF e de parentes, amigos e outras organizações, e apenas 1% recebe do PBF, do Cartão Alimentação e de parentes, amigos e outras organizações.

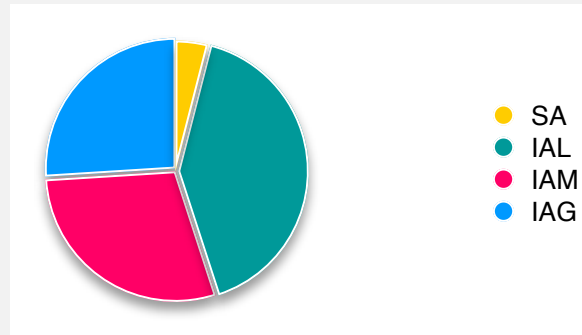
Os maiores gastos das famílias com os benefícios recebidos pelo Bolsa Família são predominantemente direcionados à alimentação (53%), seguidos pelo pagamento de despesas como energia elétrica, água e esgoto e telefone/internet (30%), além do aluguel (13%). Os demais entrevistados (4%) relataram que utilizam o benefício prioritariamente para comprar remédios, vestuário ou cigarros. Esses dados refletem uma preocupação significativa dos beneficiários com a alimentação, destacando a importância do programa como uma fonte crucial de apoio para garantir o acesso a alimentos básicos.

INSEGURANÇA ALIMENTAR E BOLSA FAMÍLIA

No que diz respeito à situação alimentar, 96% dos beneficiários do Programa Bolsa Família, no município de Matão-SP, apresentaram algum grau de insegurança alimentar – IA. A Figura 2 revela que 41% das famílias enfrentam Insegurança Alimentar Leve (IAL), indicando preocupações ou receios em relação à possibilidade de sofrerem com a falta de alimentos no futuro. Enquanto isso, 29% encontram-se na situação de Insegurança Alimentar Moderada

(IAM), o que implica em restrições tanto na quantidade quanto na qualidade dos alimentos disponíveis para elas. Por fim, 26% das famílias enfrentam Insegurança Alimentar Grave (IAG), onde há relatos de fome entre adultos e/ou crianças, devido a uma significativa redução na quantidade de alimentos disponíveis.

Figura 2: Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a EBIA

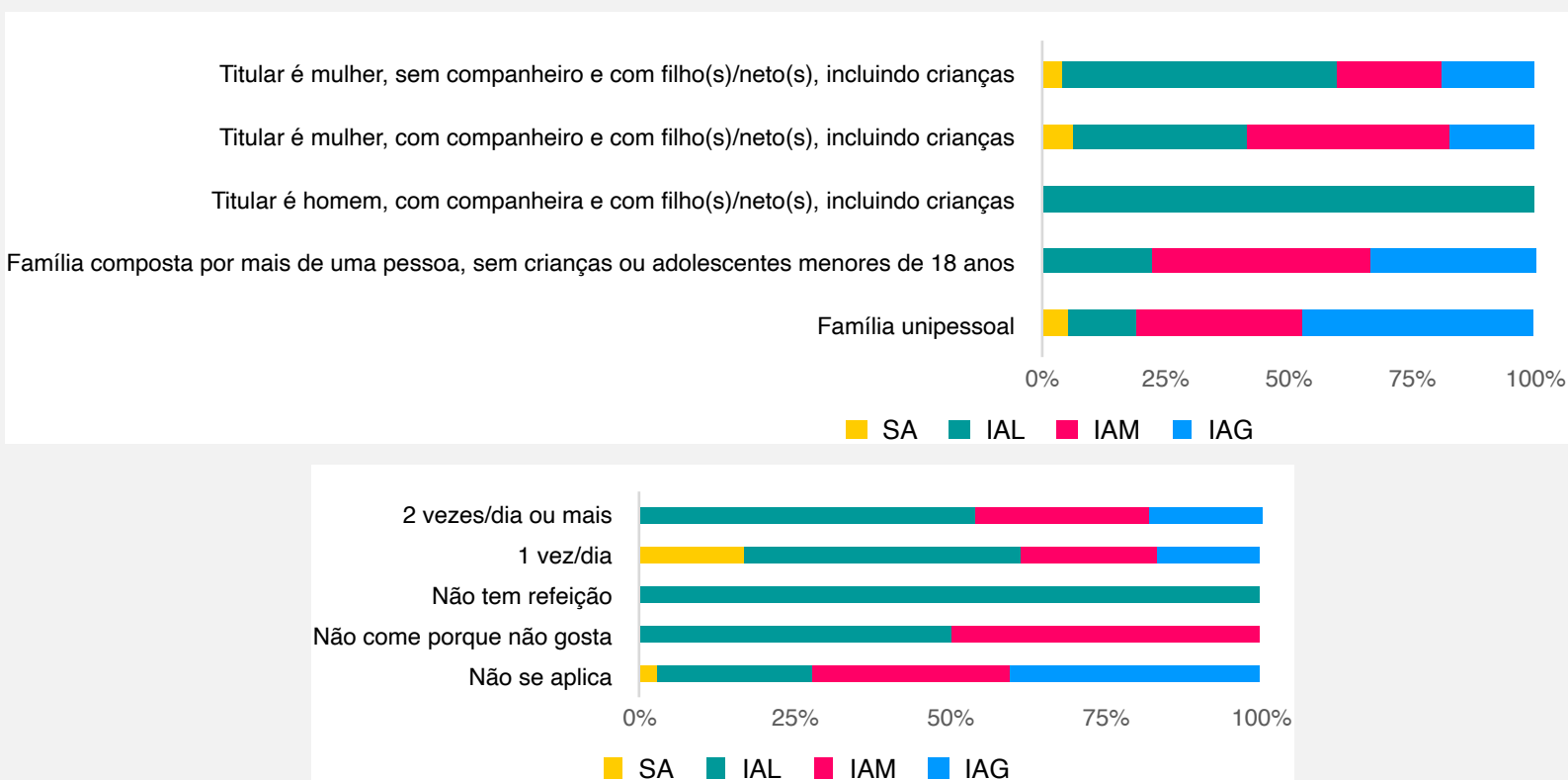


Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

A Figura 3 mostra um nível significativo de Insegurança Alimentar Grave e Média nas famílias unipessoais ou nas compostas por mais de uma pessoa, sendo apenas adultos. Essa situação sugere que, nas famílias com crianças e/ou adolescentes, a refeição escolar desempenha um papel importante no apoio à situação familiar, conforme demonstrado na Figura 4. O nível de Insegurança Alimentar Leve (IAL) atinge sua maior porcentagem (100%) em famílias cujos menores de 14 anos não recebem refeições nas escolas ou creches. Por outro lado, nas famílias em que os menores recebem uma ou mais refeições por dia, há situações de segurança alimentar. Embora os níveis de insegurança alimentar permaneçam um pouco elevados, há uma maior predominância de Insegurança Alimentar Leve. Nas famílias sem moradores menores de 14 anos (“Não se aplica”), prevalece a Insegurança Alimentar.

Com isso, podemos notar que programas de assistência alimentar, como as refeições escolares, têm o potencial de melhorar a segurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade econômica, demonstrando a importância de políticas públicas nessa área. Esses resultados destacam a necessidade de manutenção e expansão de programas de alimentação escolar como parte integrante das políticas de combate à fome e à pobreza, visando garantir o acesso equitativo à alimentação para crianças e adolescentes em todo o país. Também mostra que a refeição escolar é importante, não apenas como uma fonte de nutrição para as crianças, mas também como um suporte crucial para a situação alimentar geral da família.

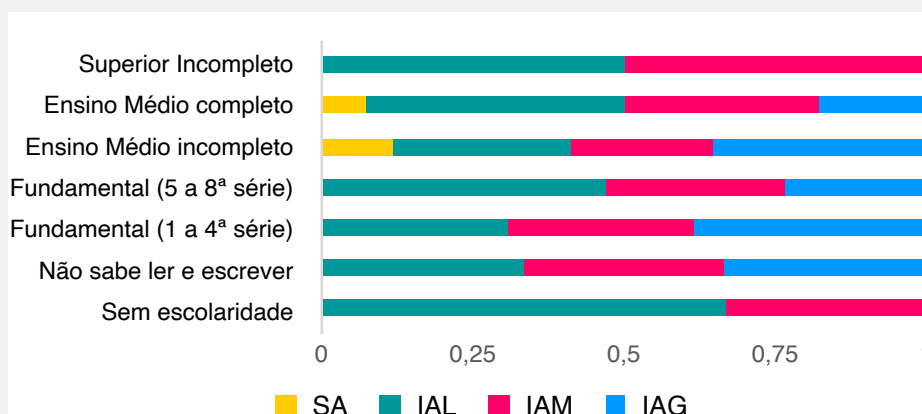
Figura 3: Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a composição familiar e o nível de (in)segurança alimentar



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

A Figura 5 demonstra a distribuição das famílias conforme a escolaridade do titular, destacando que a situação de Segurança Alimentar é evidenciada apenas nas famílias nas quais o titular ao menos iniciou o Ensino Médio. Nas escolaridades inferiores, todas as famílias enfrentam Insegurança Alimentar. Em uma pesquisa nacional, o IBGE (2024b) também revelou que mais da metade (52,7%) dos domicílios em situação de insegurança alimentar tinham responsáveis com menor nível de instrução, limitado ao máximo o ensino fundamental completo. Por outro lado, em 7,9% desses domicílios, os responsáveis possuíam formação de nível superior. Nos domicílios em insegurança alimentar grave, 67,4% tinham responsáveis sem instrução ou com ensino fundamental incompleto ou completo, enquanto em apenas 2,9% dos casos os responsáveis cursaram o nível superior. Isso sugere uma forte correlação entre o nível de escolaridade do titular da família e a segurança alimentar do domicílio. O acesso a melhores oportunidades educacionais pode desempenhar um papel significativo na melhoria das condições socioeconômicas das famílias e, conseqüentemente, na redução da insegurança alimentar. Esses resultados ressaltam a importância de políticas públicas voltadas para a educação e a capacitação dos membros das famílias em situação de vulnerabilidade, como uma estratégia eficaz para combater a insegurança alimentar.

Figura 5: Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a escolaridade do titular e o nível de (in)segurança alimentar

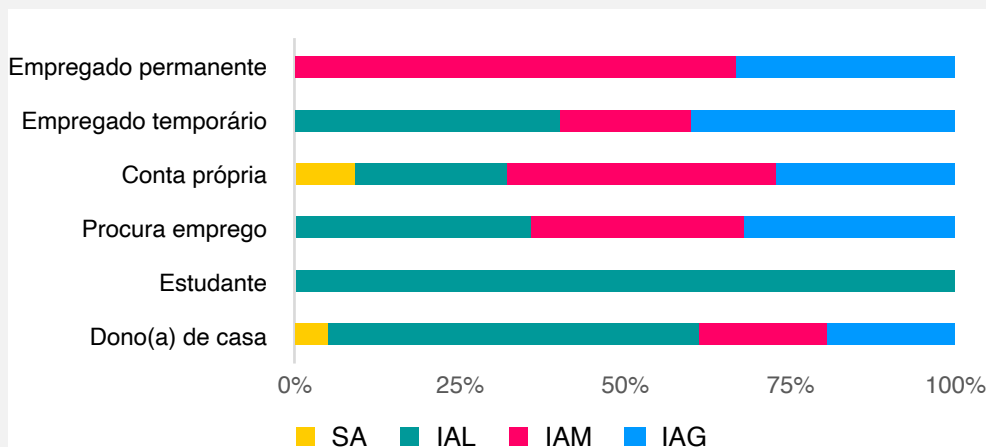


Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

A distribuição das famílias beneficiárias, conforme a situação de trabalho do titular e o nível de (in)segurança alimentar, pode ser observada na Figura 6. Nota-se que a situação de segurança alimentar é mais prevalente entre as famílias em que os titulares, além de receberem o benefício, também exercem algum trabalho por conta própria. Isso sugere que a combinação de renda proveniente do benefício do Bolsa Família com o trabalho por conta própria contribui para uma maior estabilidade financeira e, conseqüentemente, para uma melhor segurança alimentar. Esses resultados destacam a importância não apenas da transferência de renda, mas também do empoderamento econômico por meio do trabalho na promoção da segurança alimentar das famílias beneficiárias do programa.

É possível, também, que muitas dessas famílias não tenham atualizado o cadastro com a renda adicional e, por isso, continuam recebendo o valor integral do benefício. Esse cenário pode contribuir para uma maior segurança alimentar dentro dessas famílias, já que estão recebendo uma assistência financeira adicional, além da renda gerada pelo trabalho autônomo. Portanto, a falta de atualização do cadastro no Bolsa Família por parte das famílias que começam a trabalhar por conta própria pode ser um dos fatores que explicam a maior prevalência de segurança alimentar nesse grupo, destacando a importância da gestão eficiente do programa e da facilitação dos processos de atualização de dados para garantir que o benefício seja direcionado às famílias que realmente necessitam.

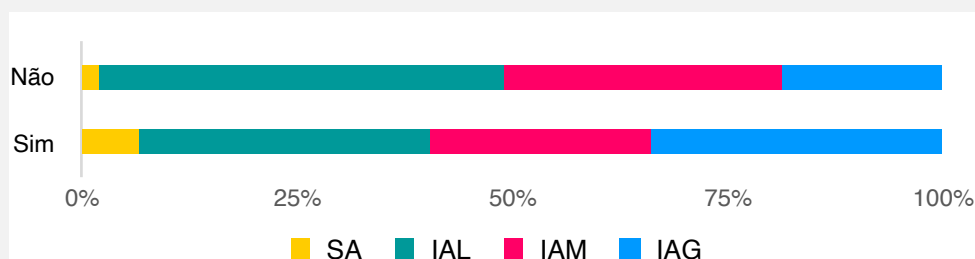
Figura 6: Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a situação de trabalho do titular e o nível de (in)segurança alimentar



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Os níveis de insegurança alimentar são predominantes nas famílias em que há relato de algum problema crônico de saúde, como diabetes, hipertensão, asma, bronquite e câncer, porém também são elevados nas famílias que afirmaram não ter nenhum problema (Figura 7). Podemos concluir que a insegurança alimentar está presente em diversos contextos familiares, independentemente da existência de problemas crônicos de saúde. Embora seja esperado que famílias com problemas de saúde enfrentem desafios adicionais para garantir uma alimentação adequada, é preocupante notar que a insegurança alimentar também é elevada entre as famílias que relataram não ter nenhum problema de saúde. Portanto, esses resultados ressaltam a complexidade da insegurança alimentar e a necessidade de abordagens abrangentes para enfrentar esse problema. É essencial que as políticas públicas e os programas de assistência social considerem não apenas as necessidades de saúde das famílias, mas também sua situação socioeconômica e outros determinantes que influenciam sua capacidade de acessar alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.

Figura 7: Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a existência de problema crônico de saúde nas famílias e o nível de (in)segurança alimentar



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

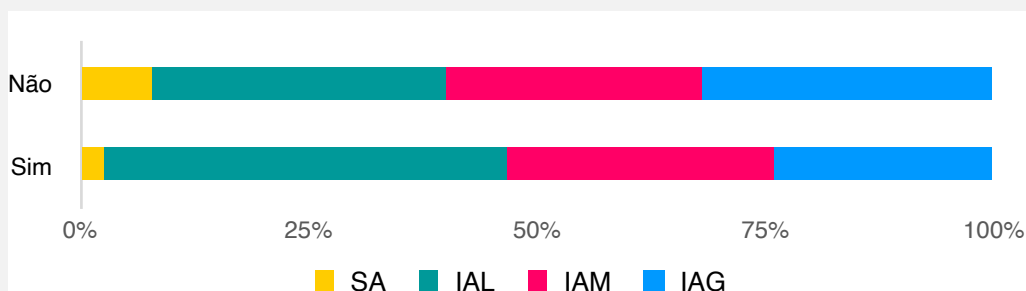
As famílias que declaram não receber ajuda na forma de alimentos apresentam um percentual maior de Segurança Alimentar (8%), comparado às que recebem, com uma distribuição

equilibrada entre os níveis de insegurança alimentar. No entanto, nas famílias que recebem ajuda, os percentuais de IAG e IAM predominam (53%), o que pode ser observado na Figura 8.

Já a Figura 9 mostra que as famílias que recebem assistência financeira apenas do benefício do Bolsa Família apresentam alguma porcentagem de Segurança Alimentar (6%) e registram índices menores de Insegurança Alimentar mais graves.

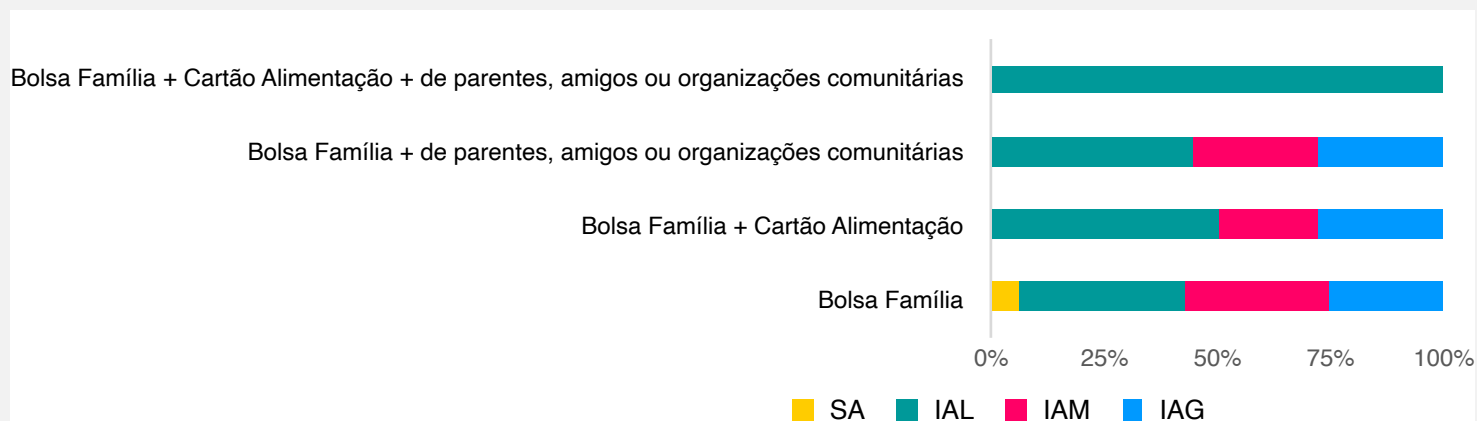
Isso sugere que a ajuda na forma de alimentos e a ajuda financeira, além do benefício, podem não ser suficientes para garantir a segurança alimentar dessas famílias. Isso indica a necessidade de abordagens mais abrangentes e eficazes para enfrentar a insegurança alimentar.

Figura 8: Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o recebimento de ajuda em forma de alimento e o nível de (in)segurança alimentar



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Figura 9: Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o recebimento da ajuda em dinheiro e o nível de (in)segurança alimentar

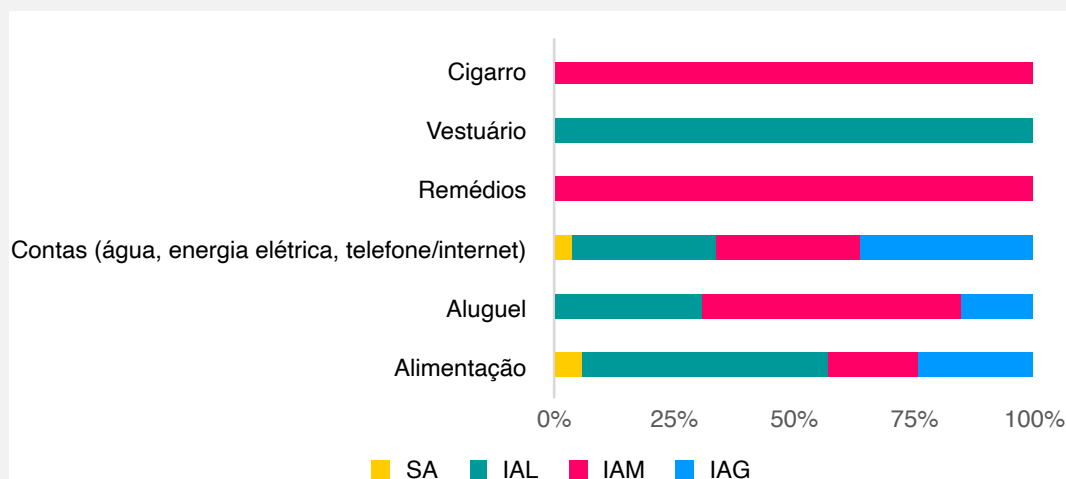


Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Das famílias que direcionam a maior parte dos recursos do Bolsa Família para despesas com alimentação, a maioria encontra-se em situações mais favoráveis, sendo de Segurança Alimentar (6%) ou Insegurança Alimentar Leve (51%). Além disso, conforme ilustrado na Figura 10, entre as famílias que priorizam o uso do benefício para as despesas domésticas, a maioria encontra-se em situação de Insegurança Alimentar Grave (37%). Isso sugere que as despesas com moradia

podem estar competindo com os recursos disponíveis para alimentação, o que pode levar a situações de insegurança alimentar mais graves. Observa-se ainda que os gastos com aluguel têm impacto na segurança alimentar, uma vez que 69% das pessoas que priorizam esse tipo de despesa encontram-se em situações desfavoráveis, classificadas como Insegurança Alimentar Média ou Grave. Esses resultados destacam a importância de políticas e programas que ajudem as famílias a equilibrarem suas despesas domésticas, como moradia, com as necessidades básicas de alimentação. Isso pode incluir medidas para aumentar o acesso à moradia acessível, bem como para melhorar a renda e o acesso a alimentos saudáveis para as famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

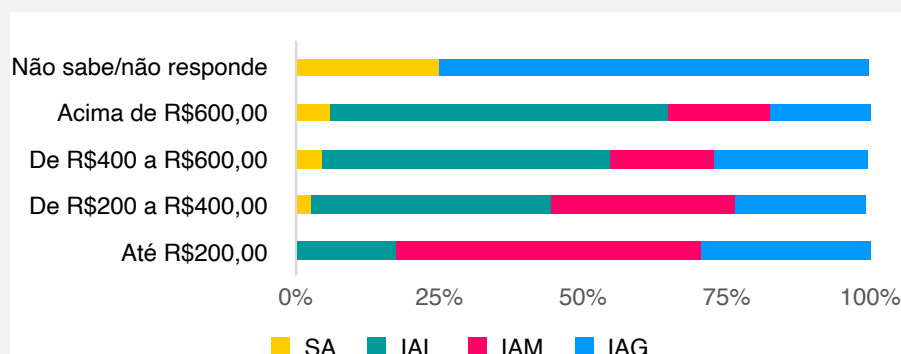
Figura 10: Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com os principais gastos com os benefícios do Bolsa Família e o nível de (in)segurança alimentar



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

No que diz respeito ao gasto médio com alimentação das famílias beneficiárias, a Figura 11 apresenta que há uma tendência para uma maior segurança alimentar ou para uma insegurança alimentar mais leve entre aquelas que gastam consideravelmente com alimentação. Podemos sugerir que as famílias que direcionam uma parte significativa de seu orçamento para a compra de alimentos tendem a ter uma dieta mais equilibrada e nutritiva, o que pode contribuir para a redução da insegurança alimentar. Por outro lado, famílias que não conseguem dedicar uma parte significativa de seu orçamento para alimentação podem enfrentar maiores desafios em garantir uma dieta mais adequada. Isso pode estar relacionado a questões como acesso limitado a alimentos saudáveis, falta de conhecimento sobre nutrição ou restrições financeiras que impedem o acesso a uma variedade de alimentos.

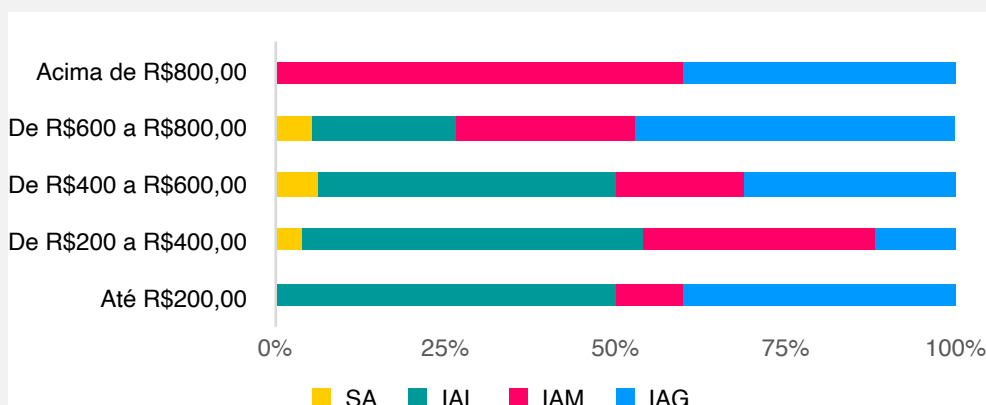
Figura 11: Relação entre o gasto médio com alimentação das famílias beneficiárias e o nível de (in)segurança alimentar



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Na Figura 12, os níveis de (in)segurança alimentar são apresentados conforme a renda total per capita dos beneficiários, considerando tanto o benefício recebido quanto qualquer outra fonte de renda no domicílio, proveniente de qualquer membro. Famílias com renda per capita inferior a R\$200,00 estão inteiramente situadas na categoria de insegurança alimentar, o que sugere que essas famílias enfrentam dificuldades significativas para garantir uma alimentação adequada. Por outro lado, é interessante notar que, embora sejam menos comuns, as famílias com renda per capita acima de R\$800,00 ainda estão enfrentando insegurança alimentar, especialmente nos níveis médio e grave. Isso pode indicar que outros fatores além da renda estão contribuindo para essa situação, como o acesso limitado a alimentos nutritivos, questões relacionadas à gestão financeira ou desafios estruturais mais amplos. Em resumo, a análise da figura destaca a importância de considerar não apenas a renda, mas também outros fatores que influenciam a segurança alimentar das famílias, a fim de desenvolver estratégias eficazes de combate à insegurança alimentar. No Brasil, o IBGE (2024b) mostrou que metade dos domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave tinha rendimento per capita menor que meio salário-mínimo.

Figura 12: Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a renda total per capita das famílias beneficiárias e o nível de (in)segurança alimentar



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

INSERÇÃO DO PROGRAMA NA FAMÍLIA

Quanto ao período de participação no programa e recebimento dos benefícios, a maior parte das famílias está inscrita no programa há menos de 2 anos (36%), seguido por 26% de 2 a 5 anos, 20% de 5 a 10 anos e apenas 18% por mais de 10 anos. Com relação à interrupção dos benefícios, a maioria das famílias (55%) afirmam que o benefício nunca foi interrompido, enquanto 45% relataram interrupções ocorridas pelo menos uma vez. As interrupções recorrentes, na maioria dos casos, ocorreram devido à falta de atualização cadastral, seguida do descumprimento de condicionalidades. A maioria das famílias (55%) afirmaram que o benefício atual não é suficiente e que deveria ser aumentado.

Em relação à avaliação do PBF, 52% dos entrevistados consideram o programa “muito bom”, enquanto 44% o classificam como “bom”, porque ajuda bastante. No entanto, 3% o consideram “regular” e 1% o avalia como “ruim”.

No que se refere ao conhecimento do programa, incluindo os valores dos benefícios, o público-alvo e as condicionalidades, 57% das famílias afirmam não possuir um conhecimento aprofundado do assunto. Isso mostra que há a falta de interesse pelos beneficiários, pois, de acordo com o gestor local, as informações são repassadas durante o processo de cadastramento, além de folders e informativos compartilhados via WhatsApp do Cadastro Único.

As entidades responsáveis pelo programa local, representadas pelos CRAS, são muito bem-vistas entre os cidadãos (91%). Apenas 6% indicaram que as consideram “pouco bem-vistas”, enquanto 3% não souberam responder. A grande maioria das famílias (88%) reconhece o forte empenho das entidades em manter os beneficiários no programa; e todos os entrevistados (100%) concordam que os CRAS são fundamentais para que o benefício chegue até eles. Quase todos os entrevistados (99%) recorrem às entidades em caso de algum problema, e destes, 98% afirmam que recebem assistência adequada para resolver suas questões.

PRINCIPAIS EFETIVIDADES E ENTRAVES DO PROGRAMA LOCAL

O Quadro 2, com dados referentes ao ano de 2024, apresenta, de forma geral, indicadores qualitativos e quantitativos e seus efeitos, seguidos das efetividades, além de alguns entraves do programa em relação aos beneficiários. Diagnosticados inicialmente, esses dados consideram aspectos importantes associados ao perfil das famílias beneficiárias, incluindo questões sociodemográficas e socioeconômicas. Eles abrangem o atendimento prestado pelas entidades responsáveis, condições de moradia, trabalho, renda, escolaridade, alimentação, saúde, apoio e proteção social, níveis de insegurança alimentar, entre outros, tanto para os titulares do programa quanto para os demais membros das famílias, além de considerarem o funcionamento do programa a nível local.

Quadro 2: Diagnóstico e identificação das principais efetividades e entraves do Bolsa Família em Matão – Beneficiários

Características sociodemográficas e domiciliares	
Entidades responsáveis e atendimento	O atendimento é dividido entre os CRAS: São José (18%), IV Centenário (18%), Santa Rosa (15%), Portal (19%), Paraíso (16%) e Bairro Alto (14%).
Localização domiciliar	98% das famílias localizam-se na área urbana e 2% na área rural. Com relação à prevalência de IA, metade da população rural encontra-se na situação de SA, e metade IAL. Já na área urbana, predomina-se somente 3% de SA, 41% de IAL, 30% de IAM e 26% de IAG.
Sexo dos titulares e tipos de famílias	Predominância de mulheres como chefe da família: em 89% das famílias o titular do cartão é mulher. Do total entrevistado, 52% são mulheres sem companheiro e com filhos, incluindo crianças, 17% com companheiro e com filhos, incluindo crianças, 4% com filhos maiores de 18 anos, e 3% com companheiro e sem filhos; com relação à titularidade ser homem, 1% tem companheira, mas sem filhos, 1% tem companheira e filhos, incluindo crianças e 1 % não tem companheira, mas tem filhos maior de 18 anos; e 21% dos entrevistados moram sozinhos; Há maior porcentagem de IAG nas famílias unipessoais.
Acesso a serviços públicos básicos	O município avança na área: a proveniência da água é de rede geral de distribuição para 98% das famílias; 99% têm o lixo coletado pela prefeitura; 98% possuem rede coletora de esgoto; e 97% têm o fornecimento de energia elétrica.
Escolaridade	Baixa escolaridade dos titulares: 47% dos titulares das famílias possuem o ensino fundamental de 1ª a 8ª série; 17% não concluíram o ensino médio; 28% possuem ensino médio completo, apenas 2% possuem superior incompleto. Nenhum entrevistado possui ensino superior completo. Por fim, 3% não sabem ler e escrever e 3% não têm escolaridade.
Características socioeconômicas	
Trabalho dos titulares	Grande porcentagem de desempregados e trabalhadores informais: 41% dos chefes das famílias são donas(os) de casa e 32% estão procurando emprego, portanto 73% estão desempregados; e 17% trabalham por conta própria. Apenas 3% são empregados permanentes e 6% empregados temporários. E 1% é estudante. Sem índice de trabalho infantil: em 100% das famílias não há menores de 16 anos trabalhando fora de casa.
Condições de saúde	47% das famílias afirmam ter algum tipo de problema crônico de saúde como diabetes, hipertensão, entre outros.

Consumo alimentar	<p>A maioria dos titulares tomam almoço (89%) e jantam (89%) durante os 7 dias da semana. Apenas 38% tomam café da manhã todos os dias.</p> <p>Complementação da alimentação com a merenda escolar: Das famílias com menores de 14 anos em idade escolar, 68% têm refeição em média 2 ou mais vezes por dia, 27% têm em média 1 vez ao dia, 2% não tem refeição escolar e 3% não come porque não gosta.</p>
Apoio e Proteção social	<p>74% das famílias recebem ajuda em forma de alimento e 26% não. Dos que recebem, 76% recebem cesta básica, 49% recebem leite; e o restante divide-se em alimentos como frutas, vegetais, refeições prontas e outros. A doação provém na maior parte do Governo Federal (42%) e assistência social (38%); o restante divide-se entre igreja, familiares, amigos e outros.</p> <p>Com relação ao recebimento da ajuda em dinheiro, 63% provém apenas do PBF; 18% do PBF e do Cartão Alimentação; 18% do PBF e de parentes, amigos e outras organizações, e apenas 1% recebe do PBF, do Cartão Alimentação e de parentes, amigos e outras organizações</p>
Renda total per capita	<p>Das famílias entrevistadas, 11% possuem renda per capita de até R\$200,00; 47% de R\$200,00 a R\$400,00, 21% de R\$400,00 a R\$600,00, 15% de R\$600,00 a R\$800,00 e 6% acima de R\$800,00.</p> <p>Não há segurança alimentar nas famílias com renda per capita abaixo de R\$200,00.</p>
Gasto médio com alimentação	<p>Das famílias entrevistadas, 18% gastam até R\$200,00; 41% de R\$200,00 a R\$400,00, 22% de R\$400,00 a R\$600,00 e 17% gastam acima de R\$600,00.</p> <p>As famílias que têm maiores gastos com alimentação apresentam melhores níveis SA e IAL.</p>
Inserção do programa na família	
Tempo de inserção no programa	36% das famílias recebem o benefício há menos de 2 anos; 26% recebem de 2 a 5 anos; 20% recebem de 5 a 10 anos; e 18% há mais de 10 anos.
Se já houve interrupção	45% das famílias declaram ter tido os benefícios interrompidos pelo menos uma vez.
Se o benefício é suficiente	Insuficiência dos benefícios: para 45% das famílias os benefícios recebidos são suficientes; e para 55% não são suficientes.
Como ficou sabendo sobre o programa	36% das famílias tiveram conhecimento da existência do programa através da televisão; 22% por amigos; 21% através dos CRAS ou assistentes sociais, 16% pela família e o restante por outros.
Conhecimento sobre o programa	Desconhecimento do programa: 57% dos entrevistados dizem não ter conhecimento dos valores corretos dos benefícios, a quem são destinados e as condicionalidades do programa.

Avaliação do programa	Boa avaliação: 52% das famílias entrevistadas avaliam o PBF como sendo muito bom; 44% como bom; e o restante divide-se em regular ou ruim.
Reclamações contra as entidades	99% das famílias entrevistadas não fizeram nenhuma reclamação contra as entidades responsáveis pelos atendimentos. Apenas 1 entrevistado alegou que fez uma reclamação devido à falta de educação de um(a) funcionário(a).
Importância das entidades	100% dos entrevistados consideram as entidades importantes e fundamentais para que os benefícios cheguem até eles.
Qualidade no atendimento	97% dos entrevistados afirmam que as entidades os ajudam a resolver os problemas/dúvidas de forma adequada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

As principais efetividades identificadas em relação aos beneficiários são a satisfação quanto ao acolhimento pelas entidades provedoras, a boa avaliação do programa, o acesso a serviços públicos básicos, a ausência de trabalho infantil, o uso da merenda escolar como complementação alimentar para as crianças, os indícios da formação de uma rede de proteção social (envolvendo apoio do governo, estado, município, igrejas, parentes e amigos) e a importância da gestão local nessa rede. Além disso, houve um efeito significativo dos benefícios financeiros nos gastos com alimentação.

Também foram encontrados alguns entraves, que incluem a baixa escolaridade dos titulares do programa, impedindo uma qualificação adequada para o mercado de trabalho; o alto índice de titulares desempregados ou impossibilitados de trabalhar, devido à baixa escolaridade, condições de saúde ou necessidade de cuidar de filhos pequenos. Além disso, há desconhecimento do programa e descumprimento das condicionalidades, bem como a falta de atualização cadastral, ocasionando a suspensão ou bloqueio do benefício. Outros desafios são a insuficiência dos benefícios, as dificuldades enfrentadas devido à baixa renda familiar e a questão da alimentação.

Adicionalmente, um desafio significativo é a compreensão das unidades familiares de que o Programa não visa oferecer uma solução permanente para as dificuldades, mas sim como um suporte temporário. Em outras palavras, trata-se de uma ferramenta para superar adversidades, não uma forma de subsistência vitalícia. Portanto, a assistência do programa não deve ser encarada como a única fonte de renda familiar, pois seu propósito é promover o desenvolvimento social da família, e não apenas proporcionar assistencialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido evidencia a importância de discutir políticas sociais, como o Programa Bolsa Família, para garantir a segurança alimentar das famílias beneficiárias.

Os entraves identificados para a efetividade social do programa em elementos de segurança alimentar relacionados aos beneficiários encontram-se nas seguintes áreas: acesso à moradia; baixa renda per capita, que leva ao comprometimento de uma grande parcela dessa renda com

gastos alimentares e à necessidade de uma rede de proteção social para garantir acesso à alimentação; baixa escolaridade familiar, resultando em qualificação inadequada para o mercado de trabalho; alto índice de desemprego e trabalho informal, que contribuem significativamente para a insegurança alimentar; problemas crônicos de saúde, como diabetes e hipertensão; necessidade de cuidar de crianças pequenas, impedindo a obtenção de um emprego fixo; e dificuldades com as condicionalidades do programa, especialmente em relação à frequência escolar de crianças e adolescentes, o que pode levar à suspensão ou bloqueio do benefício. Além disso, a falta de conhecimento e, muitas vezes, de interesse pelo programa por parte dos beneficiários constitui um problema adicional.

No que diz respeito ao perfil dos beneficiários, destacam-se vários aspectos importantes: a representatividade dos benefícios financeiros na renda total familiar e nos gastos com alimentação; o reforço na alimentação das crianças por meio da merenda escolar; a assistência social proporcionada pela rede de proteção social, formada com o apoio financeiro e na forma de alimentos através de doações de entidades, instituições, amigos e familiares, além do papel crucial da gestão na constituição dessa rede. Esse diagnóstico demonstra que o programa está sendo bem direcionado e não atua de forma isolada. Assim, confirma-se a hipótese inicial da pesquisa de que o Programa Bolsa Família, considerando seus indicadores, tem efeitos significativos no padrão de segurança alimentar de seus beneficiários.

Com isso, os resultados desta pesquisa destacam a importância de integrar o Programa Bolsa Família com outros programas sociais, com o intuito de melhorar a segurança alimentar dos beneficiários. A pesquisa revela a necessidade de abordar questões educação, devido ao baixo nível de escolaridade; de capacitação, considerando a elevada porcentagem de titulares sem registro em carteira e/ou desempregados; e de saúde, já que quase metade das famílias enfrenta problemas crônicos de saúde. Além disso, é essencial focar na alimentação, já que a maior parte dos gastos das famílias é destinada à compra de alimentos, na qual o benefício do programa tem uma maior representatividade.

Adicionalmente, é necessário intensificar os esforços para aumentar o conhecimento sobre o programa, tanto entre os beneficiários quanto entre a equipe gestora local, além de melhorar a comunicação entre eles. A falta de conhecimento dessas famílias prejudica a inserção delas em programas sociais. Também é importante o acompanhamento da segurança alimentar dos beneficiários dentre as condicionalidades. Além disso, é fundamental integrar o programa com políticas que gerem oportunidades de capacitação e trabalho. O município também deve melhorar a oferta de vagas em creches. Esses elementos são essenciais para a real autonomia das famílias, permitindo que, eventualmente, não precisem mais do benefício.

A partir de todas as análises, a pesquisa indica que o Programa Bolsa Família contribui parcialmente para a segurança alimentar. Embora uma parcela expressiva dos beneficiários ainda se encontre em situação de insegurança alimentar, muitos estão em situação de insegurança alimentar leve. Esses dados demonstram de forma significativa que programas compensatórios, como o PBF, desempenham um papel essencial no combate às desigualdades sociais, além da exclusão de famílias da condição de pobreza e extrema pobreza. No entanto, é evidente que o programa necessita de pesquisas e avaliações contínuas para monitorar suas consequências no âmbito familiar e no espaço público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L.M.M.C. *Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar: análise comparativa entre municípios paulistas*. Campinas: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008.
- BASTAGLI, F. From Social Safety Net to Social Policy? The role of conditional cash transfers in welfare state development in Latin America. International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG), *Working Paper*, n.60, Brasília, 2009.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.
- BOYADJIAN, A. C. P. B. *Os programas de transferência de renda em países específicos da América Latina e no Brasil*. 2009. 95p. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). *Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBLA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional*. Estudo Técnico. Brasília: MDS; 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/pjwtfv3y> . Acesso em: 20 jan. de 2023.
- _____. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*.
- _____. _____. Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022. *Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Niterói/RJ, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, 2007.
- CAPELLA, A.C.N. *Administração Pública e Planejamento no Brasil*. Araraquara: UNESP, 2009. 31 slides: color.
- COTTA, R.M.M.; MACHADO, J.C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. *Revista Panam Salud Publica* , v. 33, n. 1, pp. 54-60, 2013.
- FISZBEIN, A.; SCHADY, N. *Conditional cash transfers: reducing present and future poverty*. Washington: World Bank, 2009.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Panorama*. 2024a. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4ys3hwt> . Acesso em: 15 mar. 2024.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023*. 2024b. Disponível em: <https://tinyurl.com/3hahhrfd> . Acesso em: 08 maio 2024.
- Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC). *Mapas Individuais das Regiões Administrativas e Metropolitanas*. Edição 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/mw6553tj> . Acesso em: 17 abr. 2024.

- KEPPLE, A.W.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1):187-199, 2011.
- LAVINAS, L.; MANÃO, D.; GARCIA, E.H.; BITTAR, M.; BAHIA, M.; BEZERRA, R.A. *Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil*. Brasília/DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000. 30 p.
- MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação*, UNICAMP, v. IV, 1996, pp. 66-88.
- MESQUITA, C. S. *O programa bolsa família: uma análise de seu impacto e alcance social*. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2007.
- MIGOTTO, M.; DAVIS, B.; CARLETTO, G.; BEEGLE, K. Measuring Food Security Using Respondents' Perception of Food Consumption Adequacy. *ESA Working Paper*, n. 05-10, 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/yuk8u985>. Acesso em: 03 maio 2024.
- NAZARENO, L.A.; VASCONCELOS, A.M.N. Transferências Condicionadas de Renda: Origens, Fundamentos e Tendências recentes na África Subsaariana. *Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI*, n. 19, Jan./Abr. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/yrdzvfdn> . Acesso em: 03 maio 2024.
- SANTANA, J.A. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: *Seminário População, Pobreza E Desigualdade*, 2007. Belo Horizonte/MG. Resumos... Belo Horizonte/MG: Cedeplar/UFMG, 2007. p. 1-19.
- SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, pp. 1-19, 2009.
- SEGALL-CORRÊA, A. M.; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho? *Democracia Viva*, n. 39 (jun), pp. 68-73, 2008.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, RS, v.8, n.16, p. 20-45, 2006.
- TAKAGI, Maya; BELIK, Walter. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais. In: ORTEGA, Antônio Cesar; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (Org.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 187-207.
- TRALDI, D.R.C. *Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários*. 2011. 192p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2011.
- WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 180 p.